ENTREVISTA

SENADOR
Eduardo Amorim
É necessário preservar a dignidade humana
PÁGINA 11

Ano VIII nº 79 – JANEIRO/FEVEREIRO – 2013

ANPT

INFORMATIVO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DO TRABALHO

Senado Federal homenageia ANPT por seus 34 anos de fundação

Foto: Geraldo Magela/Agência Senado

Diversas autoridades, entre procuradores do Trabalho, parlamentares, ministros, dirigentes de associações do MP e da magistratura, dentre outras, prestigiaram a sessão em homenagem à Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho. O evento aconteceu no plenário do Senado, dia 25 de fevereiro.

PÁGINAS 6 e 7

Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo

Várias ações foram programadas em todo país, com o intuito de chamar a atenção para o Dia Nacional de Combate ao Trabalho. A ANPT participou de várias atividades, incluindo atos públicos e reuniões que chamaram a atenção sobre essa questão, assim como para a necessidade de erradicá-la.

PÁGINA 3

Foto: MPT/PRT-3

MP DOS PORTOS

Começam audiências públicas no Senado sobre a MP 595

Página 4

ATS

Entidades intensificam atuação para o restabelecimento do ATS

Página 8

Caro Associado,

No mês de fevereiro, a ANPT completou 34 anos de sua fundação, período durante o qual nossa entidade de classe, pelo trabalho de suas sucessivas administrações e de todos os seus Associados, prestou tantos e tão relevantes serviços à defesa dos direitos sociais, ao engrandecimento do Ministério Público do Trabalho, do Ministério Público brasileiro, de todo o chamado "Sistema de Justiça" e da sociedade brasileira como um todo, tendo em vista a enorme gama de atribuições desempenhadas pela ANPT em sua atuação cotidiana, conforme demonstra sua história ao longo dessas já mais de 03 décadas.

Marcando o período de maneira especial, o Senado Federal prestou importante homenagem à ANPT, realizando, a partir de requerimento de autoria do Senador Eduardo Amorim, uma sessão no plenário daquela Casa Legislativa com essa finalidade, a qual contou com a presença de diversas autoridades do Ministério Público e dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como de dirigentes de várias entidades de classe.

Nessa edição do Informativo da ANPT, que compila notícias da entidade referentes aos meses de janeiro e fevereiro deste ano, apresentamos, também, a cobertura sobre a Semana Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, com relato de atos e eventos realizados em todo o país no período, inclusive com a participação da Associação.

A ANPT esteve presente, também, na Corte Interamericana de Direitos Humanos, ocasião em que participou de Seminário realizado naquele Tribunal que integra o sistema da Organização dos Estados Americanos (OEA), bem como da solenidade de posse do jurista Roberto Caldas, segundo brasileiro a integrar aquele importante Colegiado, o qual contou com o apoio da Associação desde o início de sua campanha, desenvolvida junto aos países da América Latina e Caribe, tendo em vista todo o seu histórico na defesa dos direitos sociais, muitas vezes em parceria com a própria ANPT.

Tema prioritário para a Associação, que tem recebido especial e enfática atenção da entidade, diz respeito ao restabelecimento do Adicional por Tempo de Serviço (ATS). Temos realizado diversas reuniões com o objetivo de traças estratégias que viabilizem a aprovação de Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nesse sentido, numa atuação que tem buscado se dar de forma conjunta entre todas as entidades de classe representativas dos membros do Ministério Público e do Judiciário, da União e dos Estados, bem como as cúpulas das próprias instituições, a exemplo dos Procuradores-Gerais e dos Presidentes dos Tribunais, inclusive das Cortes Superiores. Urge uma solução rápida para essa questão, a fim de que se possa resgatar a própria noção de carreira.

Vale lembrar que já demos início às inscrições para o XVIII Congresso Nacional dos Procuradores do Trabalho (CNPT), que será realizado pela ANPT entre os dias 25 e 28 de abril, em Brasília. A participação de todos é fundamental para o sucesso do evento. Participem!

Boa leitura.

CURTAS

XVIII CNPT

Inscrições

Estão abertas as inscrições para o XVIII Congresso Nacional dos Procuradores do Trabalho (CNPT), que acontece em Brasília, entre os dias 25 e 28 de abril, no Royal Tulip Brasília Alvorada. O tema deste ano é "A atuação do Ministério Público do Trabalho e o cenário político e jurisprudencial contemporâneo". As inscrições podem ser feitas por meio do "Espaço do Associado", localizado na página eletrônica da ANPT. O endereço é *www.anpt.org.br*.

Palestras

Entre as palestras que serão realizadas ao longo do Congresso, a conferência de abertura será proferida pelo senador Pedro Taques. Ele falará sobre "*O poder investigatório do Ministério Público como garantia da sociedade*". Na sexta-feira, um dos expositores será o doutor em direito pela Universidade de Munique, Alemanhã, Ingo Wolfgang Sarlet. Ele abordará *"Os Direitos Sociais, a Dignidade da Pessoa Humana e a Proibição de Retrocesso"*.

Oficinas

Entre as tradicionais atividades previstas para ser realizadas durante o XVIII CNPT, como conferências e palestras com personalidades renomadas, está a promoção de cinco oficinas de discussão, nas quais serão debatidos temas ligados à atuação dos membros do Ministério Público do Trabalho (MPT). Primeira Oficina: "Execução das decisões judiciais proferidas em ações do MPT e a verificação do cumprimento de obrigações previstas em TACs"; Segunda Oficina: "Dumping Social"; Terceira Oficina: "Nova redação da Orientação Jurisprudencial n. 130 do TST e sua repercussão nos procedimentos e ações em curso"; Quarta Oficina: "Dispensa Coletiva"; Quinta Oficina: "A Atuação do MPT por projetos".

EXPEDIENTE **Diretoria ANPT - Biênio 2012/2014**

Carlos Eduardo de Azevedo Lima
PRESIDÊNCIA

Daniela de Morais do Monte Varandas
VICE-PRESIDÊNCIA

Fabiano Holz Beserra
SECRETARIA-GERAL

Ângelo Fabiano Farias da Costa
DIRETORIA FINANCEIRA

Fábio Goulart Villela
DIRETORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

José Cláudio Monteiro de Brito Filho
DIRETORIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

Alberto Bastos Balazeiro
DIRETORIA DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS

Alice Nair Feiber Sonego Borner
DIRETORIA DE ASSUNTOS SOCIAIS E DE EVENTOS

Yamara Viana de Figueiredo
DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

Marcelo Adriano da Silva
DIRETORIA

Renata Aparecida Crema Botasso
DIRETORIA

Cândice Gabriela Arósio
DIRETORIA

INFORMATIVO ANPT: Edição e redação: Gustavo Rocha, Isabel Carvalho, Revisão: Carlos Eduardo de Azevedo Lima, Projeto Gráfico e Diagramação: Júlio Leitão, Tiragem: 1.700 exemplares. **CONTATO:** Tel.: (61) 3224.5720, E-mail: imprensa@anpt.org.br, *Site*: www.anpt.org.br , Endereço: SBS, Qd. 02, Bl. "S", Salas 1103 a 1105, CEP: 70070-904 – Brasília-DF.

Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo tem participação da ANPT

Foi realizado dia 28 de janeiro, em Belo Horizonte, reunião ordinária da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE), a qual fez parte das atividades do Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, juntamente com atos públicos e outros eventos promovidos tanto na capital mineira quanto em diversos outros estados. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, representou a entidade na ocasião.

Assim como em 2010 e 2011, várias ações foram programadas em diferentes cidades, no país inteiro, para chamar a atenção sobre essa relevante questão e mobilizar para que haja avanços na erradicação do trabalho escravo contemporâneo. A reunião iniciou-se com um minuto de silêncio, como forma de protesto contra a impunidade dos nove anos da Chacina de Unaí e em solidariedade às vítimas da tragédia ocorrida no Rio Grande do Sul. O sentimento geral era de perplexidade diante da decisão proferida pela juíza substituta da 9ª Vara Federal de Belo Horizonte, ao declinar a competência para o julgamento do caso para a subseção judiciária Federal de Unaí.

Além desses eventos, foi realizado ato público para lembrar o aniversário do assassinato dos auditores fiscais do Trabalho Nelson, Eratóstenes e João Batista e do motorista Ailton, do Ministério do Trabalho e Emprego. Na ocasião, o presidente da ANPT, juntamente com outros membros do Ministério Público do Trabalho, inclusive o procurador-geral do Trabalho, dirigentes sindicais, auditores-fiscais do MTE, deputados e autoridades se reuniram em frente ao prédio da Justiça Federal para pugnar pela realização do julgamento dos acusados pelo crime que ficou conhecido como "a chacina de Unaí", clamando pela imprescindibilidade de o julgamento ser realizado pela 9ª Vara Federal de Belo Horizonte, por não se conceber que o júri se dê na própria cidade de Unaí, conforme manifestação unânime de todos os presentes.

Presidente da ANPT durante ato publico

Fotos: MPT/MG

Participantes do ato público em frente ao prédio da Justiça Federal

IMPUNIDADE

Segundo Azevedo Lima, a impunidade da chacina de Unaí é grave e precisa de uma resposta efetiva do Estado Brasileiro, até agora não verificada, mesmo após tanto tempo. "Se a inexistência de punição efetiva e exemplar, na esfera criminal, daqueles que exploram o trabalho escravo contemporâneo já constitui algo inadmissível, neste caso a situação se mostra infinitamente ainda mais grave, uma vez que foram assassinados os agentes do Estado que, no pleno exercício de suas funções e de sua missão, atuavam no combate a essa absurda exploração do labor humano, sem que até agora tenham sido sequer julgados os mandantes e os executores desse crime. O mais grave é que, embora toda uma gama de recursos protelatórios já tenha sido utilizada, surpreendemo-nos com o encaminhamento dos autos para Unaí, o que não há como se reputar minimamente razoável", enfatizou.

*Com informações MPT/MG

PEC do Trabalho Escravo é discutida pela ANPT com o senador Pedro Taques

O presidente da ANPT, Carlos Eduardo Azevedo Lima, e a vice-presidente da entidade, Daniela Varandas, estiveram reunidos dia 30 de janeiro com o senador Pedro Taques (PDT/MT), para solicitar apoio e agilidade na votação da PEC 57-A/1999, que trata de expropriação de propriedades em que for constatada a prática de trabalho em condições análogas às de escravo.

Conhecida como "PEC do trabalho escravo", a proposta confere nova redação ao dispositivo constitucional que trata do confisco de propriedades em que forem encontradas lavouras de plantas psicotrópicas, como a maconha. A redação acrescenta a exploração de mão-de-obra análoga à de escravo como um dos fatores que leva à expropriação de terras e de propriedades urbanas. De acordo com o senador, ele se reunirá com demais parlamentares para pedir celeridade na votação e para defender a aprovação da matéria. "É uma PEC importantíssima para resgatar a dignidade da pessoa humana, porque quando você fala em trabalho escravo você trata de violação ao núcleo dos direitos fundamentais", ressaltou.

Para o presidente da ANPT, o apoio do senador Pedro Taques é fundamental para o andamento da proposta. Ele reiterou, ainda, que a PEC consiste em uma ferramenta de extrema importância para o combate ao trabalho escravo no Brasil. "Precisamos, cada vez mais, de medidas que dêem efetividade ao combate a essa absurda forma de exploração do trabalho humano, a qual se mostra incompatível com a realidade de um mundo pretensamente civilizado", disse.

Outro assunto correlato, que também foi tratado com o senador Taques, é a reforma do Código Penal, da qual ele é relator, para garantir a redação oferecida pela Comissão de Juristas no tocante aos dispositivos que estabelecem penalidades a quem reduzir ser humano à condição análoga à de escravo. O senador foi sensível aos apelos e prometeu se empenhar junto aos demais senadores para que não haja qualquer tipo de retrocesso na tipificação criminal dessa prática.

Reunião no gabinete do Senador Pedro Taques

Foto: Ascom/ANPT

Campanha contra Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Carnaval

Integrantes da Comissão Intersetorial de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes estiverem reunidos, dia 23 de janeiro, para analisar propostas de campanha contra a exploração sexual de crianças e adolescentes, a ser veiculada no período de carnaval deste ano. O presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, que é um dos integrantes da Comissão, esteve presente durante o encontro para discutir o conceito da campanha, o processo de mobilização e a distribuição de material.

A comissão decidiu que neste ano, em virtude da necessidade de uma estratégia mais abrangente de comunicação para a proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes, a mobilização de carnaval seguiria a linha da Campanha Nacional pelos Direitos da Criança e do Adolescente, que abordou diversos temas relativos aos direitos fundamentais de meninas e meninos, com os *slogans* "Fique Atento. Denuncie! Proteja. Faça a sua parte".

Medida Provisória 595/12 é tema de reunião com o senador Eduardo Braga

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo Azevedo Lima, esteve reunido dia 6 de fevereiro com o senador Eduardo Braga (PMDB/AM), líder do Governo no Senado Federal, juntamente com o senador Eduardo Amorim (PSC/SE) e diversos membros do Ministério Público do Trabalho que atuam na área do trabalho portuário e aquaviário, para apresentar sugestões de alterações na Medida Provisória 595/2012, que estabelece um novo marco regulatório para o setor portuário. A MP revoga as principais normas do setor, a Lei dos Portos (8.630/93) e o Programa Nacional de Dragagem Portuária e Hidroviária (Lei 11.610/07).

O senador Eduardo Braga foi escolhido como relator da MP na Comissão Mista do Senado, que foi instalada logo após o feriado do Carnaval. Já o senador Eduardo Amorim intermediou a reunião e contribuiu como importante interlocutor do encontro, que também contou com a presença do Coordenador Nacional da Coordenadoria de Trabalho Portuário e Aquaviário (Conapta), Mauricio Coentro, do vice-coordenador Ângelo Fabiano Farias da Costa, do subprocurador do Trabalho Ronaldo Curado Fleury e o do procurador do Trabalho Rodrigo Lestrade Pedroso.

Foto: Ascom/ANPT

Presidente da ANPT, senadores e membros do MPT que atuam na área do trabalho portuário

O parlamentar ouviu as ponderações dos procuradores e recebeu um documento com sugestões de emendas à MP. Eduardo Braga afirmou que irá ouvir todos os seguimentos interessados e ressaltou a relevância de terem os membros do MPT elencado as sugestões de mudanças no texto que reputam necessárias e pertinentes, a fim de que a Comissão aprecie-as e analise-as de maneira detalhada.

Para o presidente da ANPT, o objetivo é contribuir para que o texto final da MP a ser aprovado esteja em consonância com o ordenamento jurídico, sem afronta aos direitos dos trabalhadores. "Os membros do MPT não defendem interesses corporativos de quaisquer categorias relacionadas com o trabalho portuário e aquaviário, até porque não teria razão para assim atuar. O que defendemos é a observância da legislação pátria, de princípios constitucionais e, também, das convenções e recomendações internacionais que tratam da matéria", destacou.

CNJ decide que vagas nos TRTs do Paraná e do Ceará deverão ser ocupadas por membros do MPT

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em sessão realizada dia 5 de fevereiro, decidiu, por unanimidade, que novas vagas criadas no âmbito dos Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs) da 7ª e da 9ª Regiões (Ceará e Paraná, respectivamente), serão ocupadas por membros oriundos da carreira do Ministério Público do Trabalho (MPT).

Em ambos os casos, os Tribunais haviam deliberado, em sessões administrativas, que as vagas, que se referem ao denominado "quinto constitucional", seriam destinadas ao MPT, tendo a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) recorrido ao CNJ, o qual, por sua vez, julgou improcedentes os pedidos da OAB.

A Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), que já acompanhava o andamento dos casos desde a sua tramitação nos Tribunais de origem, inclusive tendo o presidente da entidade, Carlos Eduardo Azevedo Lima, participado e feito sustentação oral quando da realização da sessão administrativa do TRT do Ceará, passou a acompanhá-los, também, no CNJ, não apenas peticionando e expondo o posicionamento dos membros do MPT, mas, também, fazendo sustentações orais durante seus julgamentos, por meio do advogado Aristides Junqueira Alvarenga. A sessão foi acompanhada, também, pela vice-presidente da entidade, Daniela de Morais do Monte Varandas.

ANPT recebe homenagem do Senado

O Senado Federal homenageou a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), dia 25 de fevereiro, por seus 34 anos de fundação. Diversas autoridades prestigiaram o evento, que reuniu dezenas de pessoas no plenário da Casa, entre eles procuradores do Trabalho, parlamentares, ministros e dirigentes de associações do MP e da magistratura.

Em seu discurso, o presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, ressaltou a trajetória da entidade e fez um apanhado das principais conquistas da Associação, assim como a sua atuação no Congresso Nacional e a colaboração "ao engrandecimento do Ministério Público do Trabalho, do Ministério Público brasileiro, de todo o chamado ´Sistema de Justiça´ e da sociedade brasileira como um todo, tendo em vista a enorme gama de atribuições desempenhadas pela ANPT em sua atuação cotidiana".

Presidente da ANPT em seu discurso durante a homenagem

Fotos: Floriano Rios

Plenário do Senado recebeu diversas autoridades

ATUAÇÃO

Sobre a atuação da entidade, o procurador destacou a postura da ANPT no processo de redemocratização do país, sua atuação na Constituinte, que culminou com a promulgação da Carta Magna de 1988, nas discussões que levaram à edição da Lei de Ação Civil Pública, à Lei Orgânica do Ministério Público, dentre outras de inegável relevância para a atuação dos membros da instituição e para toda a sociedade. Como exemplos, ele citou os projetos que levaram à estruturação do Ministério Público, por meio da criação de cargos de membros e servidores, questões remuneratórias alusivas aos seus membros, o combate à Lei da Mordaça, dentre diversas outras proposições "que exigem um acompanhamento constante, diuturno, ininterrupto por parte da Associação", enfatizou.

Azevedo Lima disse, também, que a atuação da entidade não se limita a tratar das questões que dizem respeito de forma mais direta apenas aos seus associados, pois, segundo ele, são tratadas muitas questões de interesse para a sociedade como um todo. Ele comentou a atuação da ANPT no acompanhamento de diversas proposições legislativas que implicam em alterações dos direitos sociais, na maioria das vezes com cunho precarizante, e falou sobre a terceirização e o chamado "simples trabalhista".

MINISTÉRIO PÚBLICO

Em relação às questões que dizem respeito diretamente ao Ministério Público, Azevedo Lima lembrou que "defender tal instituição, empreender todos os esforços possíveis e necessários por seu fortalecimento, ampliar suas garantias, significa viabilizar uma atuação ainda mais enfática na defesa da sociedade e do Estado Democrático de Direito". Ele falou sobre algumas proposições legislativas, como a PEC 37, também conhecida como PEC da Impunidade, que tem por objetivo retirar o chamado poder investigatório do Ministério Público.

O procurador chamou a atenção para a necessidade de se resgatar a própria noção da carreira, a começar pelo restabelecimento do Adicional por Tempo de Serviço (ATS), destacando que se encontra em trâmite no Senado a PEC 68/2011, a qual

por seus 34 anos de fundação

se encontra já com parecer favorável do Senador Gim Argello (PTB-DF), no qual se ressalta, fundamentadamente, a necessidade de valorização do tempo de serviço, sob pena de se aumentar o crescente desestímulo ao exercício das relevantes carreiras desempenhadas pelos membros do Ministério Público e do Poder Judiciário.

No final de seu discurso, o presidente da ANPT reforçou a relação chamada por ele de "umbilical" entre a ANPT e o Parlamento brasileiro, tendo em vista que "é aqui, o Congresso Nacional, justamente o ambiente propício e democrático para o debate das questões mais caras à sociedade brasileira, para o que seria importante, também, que os membros do Ministério Público, assim como do Poder Judiciário, pudessem participar de maneira ainda mais ativa de tais debates e discussões", ressaltando que

Diretoria durante a homenagem no Senado

Foto: Floriano Rios

"além de zelar pelo cumprimento das leis, seria importante que também pudéssemos participar de sua elaboração, aliado ao fato de que somos as únicas categorias alijadas de uma participação efetiva e direta do processo político", completou.

Senadores homenageiam o trabalho da ANPT

O senador Eduardo Amorim (PSC-SE), autor do requerimento que solicitava a homenagem para a ANPT, falou sobre o papel da entidade em defesa dos trabalhadores e no combate às desigualdades sociais. Para ele, "a Associação tem interagido com a sociedade em busca de condições mais dignas e igualitárias para trabalhadores brasileiros".

Já a senadora Ana Amélia (PP-RS) elogiou as recentes medidas dos membros do Ministério Público do Trabalho, como a abertura de investigações destinadas a impedir a exploração do trabalho de menores adolescentes por clubes de futebol, que recrutam meninos ainda muito jovens para suas divisões de base.

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO), por sua vez, defendeu a participação da Associação na luta contra o trabalho escravo. Ele relatou que o tema foi abordado durante recente viagem sua à Bolívia. Segundo o senador, existe preocupação no país vizinho em relação à possível contratação de bolivianos no Brasil em condições

Senador Valdir Raupp em seu pronunciamento

análogas à de trabalho escravo. "Não queremos que isso aconteça com brasileiros em outros países, nem com trabalhadores de outros países no Brasil", afirmou Raupp, que defendeu ainda a atuação em Rondônia do MPT, especialmente no que se refere à garantia de boas condições de trabalho aos funcionários das empresas que erguem, em seu estado, as hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio.

O senador Eunício Oliveira (PMDB/CE) destacou que o MPT ocupa uma delicada posição na estrutura do Estado e que a instituição deve enfrentar muitos interesses em seu dia a dia. Lembrou, também, que, ao longo de sua história, a ANPT tem se caracterizado por entender que a defesa dos seus filiados não é a mera luta por interesses corporativos, mas a defesa dos princípios mais valiosos da democracia. "A ANPT é uma entidade que tem se mostrado de imenso valor na defesa da democracia e do estado democrático de direito, bem como da defesa das garantias constitucionais dos membros do MPT. O resultado dessa luta tem sido um só: garantir a dignidade e o respeito dos direitos do trabalhador brasileiro", finalizou.

Adicional por Tempo de Serviço é debatido em reunião da Frentas

Integrantes da Frente Associativa do Ministério Público e da magistratura da União, entre eles o presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e a vice-presidente, Daniela Varandas, estiveram reunidos dia 30 de janeiro na sede da Associação dos Juízes Federais do Brasil (AJUFE). O encontro teve por finalidade discutir, de forma aprofundada, a estratégia de ação e os temas prioritários para este ano, com destaque para o restabelecimento do Adicional por Tempo de Serviço (ATS), a democratização do Judiciário e a atribuição investigatória do Ministério Público.

Foto: ASCOM/ AJUFE

Representantes das entidades de classe

Outro objetivo da reunião foi articular as entidades na busca de valorização das carreiras dos membros do Ministério Público e do Poder Judiciário. Foi constituído, na ocasião, um grupo de trabalho com o objetivo de avaliar os aspectos técnicos da proposta de Emenda Constitucional (PEC) que restabelece o ATS, relatada pelo senador Gim Argelo (PDT-DF), e propor uma estratégia visando o envolvimento institucional dos órgãos institucionais do Ministério Público e do Judiciário para a aprovação da proposta. A ANPT integra este grupo de trabalho.

Segundo o presidente da ANPT, mostra-se de extrema relevância essa atuação conjunta, concatenada, tendo em vista a existência, no caso, de inequívocos objetivos comuns. "Precisamos de uma atuação mais intensa para o restabelecimento do ATS, mas não apenas das Associações, precisamos que as cúpulas das instituições, que os procuradores-gerais, os presidentes dos Tribunais, inclusive das Cortes Superiores, envolvam-se também nessa questão, a qual se mostra imprescindível para que se possa resgatar e valorizar a própria noção de carreira", destacou.

Para ele, não é concebível o que se verifica hodiernamente, em que um membro do Ministério Público ou do Judiciário, às vezes com 20 ou mais anos de carreira, percebe remuneração idêntica à percebida no início da carreira. "Sob o ponto de vista de uma carreira que deveria ser bem estruturada, não há como se reputar essa realidade minimamente razoável ou admissível", esclareceu Azevedo Lima.

Conatrae discute estratégias de atuação e define agenda de trabalho para 2013

Integrantes da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae), a qual é integrada pela Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), estiverem reunidos dia 19 de fevereiro na Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH). O presidente da entidade, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e a vice-presidente, Daniela Varandas, participaram da reunião, que contou com a presença da ministra da SDH, Maria do Rosário Nunes, e discutiu o agendamento do encontro das comissões estaduais, previsto para abril deste ano, e a definição da agenda de trabalho para 2013, além de diversos outros temas.

Foto: Ascom/Sinait

O combate à exploração sexual deve ser uma das prioridades da Comissão

Durante a reunião, o presidente da ANPT apresentou um relato mais aprofundado da atuação dos membros do Ministério Público do Trabalho no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, destacando a importância de se atuar, de maneira concatenada e com a participação de diversos órgãos, no combate ao tráfico de seres humanos, de todas as idades, com a finalidade de exploração sexual.

Empossados novos juízes da Corte Internacional de Direitos Humanos

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo Azevedo Lima, participou, dia 4 de fevereiro, da solenidade de posse do advogado Roberto Caldas no cargo de juiz da Corte Interamericana de Direitos Humanos. O evento aconteceu em San José, na Costa Rica, na sede da Corte, e, em seguida, houve um colóquio especializado para juristas e autoridades brasileiras, promovido pelo Instituto Interamericano de Direitos Humanos.

ANPT participou da cerimônia de posse

Foto: ANPT

Ter o advogado Roberto Caldas como juiz da corte Interamericana de Direitos Humanos, de acordo com o presidente da ANPT, é de grande relevância, tendo em vista todo o seu histórico na defesa dos direitos sociais, muitas vezes, inclusive, em parceria com a Associação, a exemplo do que se dá com o trabalho pelo banimento do amianto. "A posse de Roberto Caldas consiste, sem sombra de dúvidas, em um importante fator, que muito contribuirá para o aprimoramento da defesa dos direitos humanos no sistema da Organização dos Estados Americanos", destacou.

Eleito em junho de 2012 para a Corte Interamericana, Roberto Caldas é o segundo brasileiro a ocupar assento na Corte e ficará no cargo até 2018, com possibilidade de reeleição. A ANPT apoiou a candidatura do advogado desde o início de sua campanha, tanto em reunião na sede da entidade, quanto na solenidade de abertura do XVII CNPT, ocasião em que o advogado apresentou a sua candidatura aos participantes do evento e agradeceu todo o apoio recebido por parte da ANPT.

Solenidade de abertura do Ano Judiciário no STF tem presença da ANPT

Foi realizada dia 1º de fevereiro a solenidade de abertura dos trabalhos do Judiciário brasileiro em 2013. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo Azevedo Lima, esteve presente na ocasião, marcada pelo discurso do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Joaquim Barbosa, por meio do qual afirmou que fará um grande esforço para acelerar a tramitação de processos na Suprema Corte, sobretudo daqueles que afetam todos os tribunais brasileiros.

"Particularmente, eu gostaria que o ano de 2013 fosse lembrado, no futuro, como o ano em que, graças a mudanças tecnológicas, estruturais e de mentalidade, o sistema de prestação jurisdicional brasileiro teria se tornado mais justo, mais racional e mais compreensível", observou. Ele disse ainda que, dos 65 mil processos em tramitação na Corte, 700 estão incluídos na pauta da Casa, e muitos deles tiveram reconhecida a repercussão geral dos temas constitucionais neles discutidos, que afetarão mais de 500 mil processos sobrestados (parados, aguardando julgamento de matérias semelhantes no STF) nos demais tribunais.

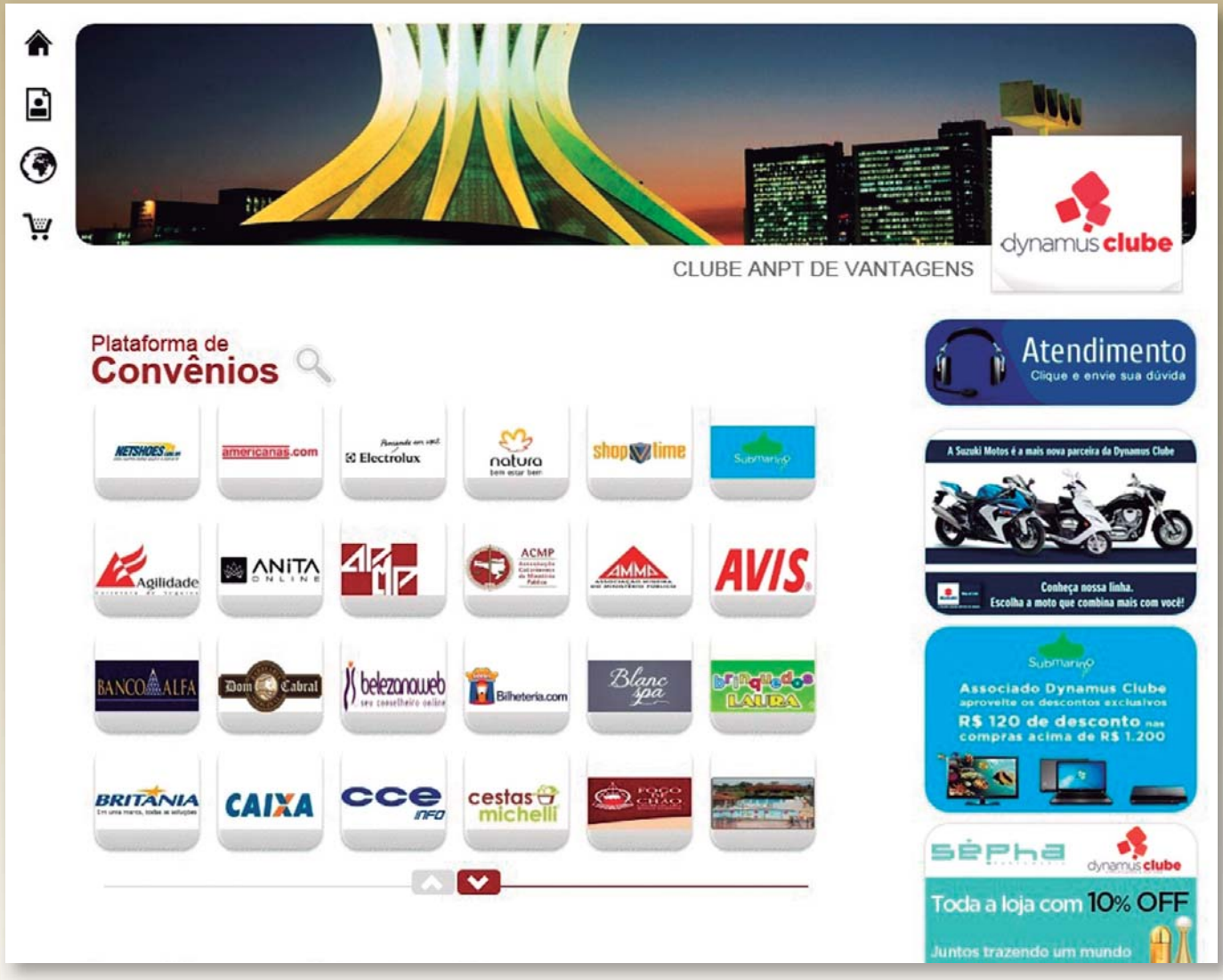
ANPT emite nota pública sobre o Processo Judicial Eletrônico na Justiça do Trabalho

A Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) divulgou, dia 27 de fevereiro, publicamente, sua posição contrária à implantação do Processo Judicial Eletrônico na Justiça do Trabalho (PJe-JT) sem que, antes, sejam corrigidas as inúmeras distorções no sistema, as quais têm sido identificadas cotidianamente na atuação do MPT em todo o país.

Embora reconheça a ANPT a inquestionável relevância do processo eletrônico para o aprimoramento do sistema de justiça, não há, segundo a entidade, como se olvidar que sua implantação precisa se dar de maneira segura, garantida a participação do MPT em seu planejamento e execução, e com base em cronograma que observe, em todos os momentos, o efetivo respeito às prerrogativas dos membros do Ministério Público.

A ANPT explicou que o PJe-JT deve ser reavaliado e aperfeiçoado, principalmente em questões relacionadas à necessária funcionalidade do sistema, de maneira que permita efetuar a regular distribuição processual no âmbito do MPT – inclusive com a habilitação formal de servidores do MPT para utilização do PJe-JT –, bem como a interoperabilidade dos sistemas de dados geridos pelo Judiciário e pelo Ministério Público, medidas que, dentre outras, impõem-se como forma de evitar danos à atuação institucional, com reflexos diretos na prestação de serviços à sociedade.

CLUBE ANPT DE VANTAGENS



O Clube ANPT de Vantagens oferece uma plataforma de convênios de modo a gerenciar, administrar e divulgar os benefícios obtidos pela Associação para todos filiados da ANPT. A plataforma trará, sempre, novidades em âmbito nacional e, também, convênios firmados com empresas locais, em todas as partes do país.

Entre os convênios oferecidos pelo Clube ANPT de Vantagens estão cinemas, escolas, farmácias, universidades, clubes, academias, empresas aéreas, concessionárias, bancos, entre vários outros.

Acesse a página eletrônica da ANPT, no endereço ***www.anpt.org.br*** e clique no tópico "Espaço do Associado". Em seguida, clique em "Convênios ANPT" e desfrute das vantagens oferecidas pela Associação.

dynamus consult
CONNECTING BUSINESS

SBS Quadra 2 Bloco "S" Ed. Empire Center
Salas 1103 a 1105 11° andar
Brasília/DF CEP 70070-904
Fonte: (61) 3325-7570 e Fax: 3224-3275
e-mail: anpt@anpt.org.br

ENTREVISTA

Enriquecer o diálogo social no Congresso para que a MP dos Portos consiga trazer a inovação necessária

Foto: Assessoria de imprensa/Senador Eduardo Amorim

Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) fala sobre o combate ao trabalho escravo no Brasil, o Projeto de Lei (PL) 540/2011, de sua autoria, que prevê a proibição à concessão de crédito rural aos produtores, e suas cooperativas, que tenham sido autuados por utilizar-se dessa prática e, também, sobre a nova MP dos Portos e suas consequências. Confira.

O combate ao trabalho escravo tem sido objeto de forte atuação dos membros do Ministério Público do Trabalho e da ANPT, inclusive, em relação a esta última, no acompanhamento de proposições legislativas no Congresso Nacional que tratam do tema. Em sua opinião, como o Poder Legislativo poderia contribuir para alcançar resultados mais eficazes no combate a essa absurda forma de exploração do labor humano?

Editando leis que tornem mais rígidas as fiscalizações e até mesmo que proíbam esse tipo de conduta negativa. Outra forma de atuação ativa do Congresso Nacional seria a realização de Audiências Públicas com a participação de membros do Ministério Público do Trabalho, visando esclarecer as principais causas de ocorrência da exploração do trabalho humano, para que o Governo formule políticas públicas para solucionar tal entrave.

Tramita no Senado Federal o Projeto de Lei (PL) 540/2011, de sua autoria, que prevê a proibição à concessão de crédito rural aos produtores, e suas cooperativas, que tenham sido autuados pela utilização de trabalho escravo. Como está o trâmite dessa proposição no Congresso? O que ela muda, caso aprovada, nas relações de trabalho?

Atualmente, o Projeto de Lei do Senado se encontra com o relator da matéria, senador Sérgio Souza, na Comissão de Relações Exteriores. Caso o projeto venha a ser aprovado, o Banco não poderá mais conceder crédito a esse produtor que já fora autuado por está prática ilegal. Dessa maneira, combateremos essa forma degradante de trabalho a fim de preservar a dignidade humana.

Tem-se observado, com uma frequência cada vez maior, a existência de projetos legislativos relacionados à área trabalhista com cunho nitidamente precarizante. Como observa essa questão?

Na formulação dos nossos projetos procuramos atuar de maneira positiva, estabelecendo um contato com as diversas classes de trabalhadores a fim de conhecer as necessidades em cada área. Só desta forma é que poderemos trabalhar no sentido de sempre proteger o trabalhador.

O Congresso Nacional está discutindo a Medida Provisória (MP) 595/2012, que tem por objetivo estabelecer um novo marco regulatório para o setor portuário. Do seu ponto de vista, quais cuidados devem ser observados em relação a essa MP para se evitar retrocesso social e prejuízos aos trabalhadores e à sociedade como um todo?

Acredito que o caminho deve ser o do enriquecimento do debate e do diálogo social no Congresso Nacional a fim de que a MP consiga trazer a inovação necessária capaz para aniquilar os obstáculos estruturais ao crescimento do país. Já que não se pode mais protelar o desenvolvimento econômico e social, os quais são responsáveis pela inserção de diversos trabalhadores no mercado de trabalho, é absurdo que exista interesse em investimentos econômicos com geração de milhares de empregos e que estes fiquem retidos por diversos problemas de logística e infraestrutura que merecem ser devidamente enfrentados.

Procuradora Hilda Leopoldina é homenageada pela PRT-10

Solenidade realizada dia 22 de fevereiro homenageou a procuradora Regional do Trabalho Hilda Leopoldina Pinheiro Barreto Furtado no seu último dia de trabalho. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo Azevedo Lima, entregou placa de homenagem à procuradora e ressaltou a "importante contribuição de seu trabalho para o desenvolvimento e aperfeiçoamento da atuação do MPT em benefício da sociedade".

ANPT participou da solenidade

Foto: ASCOM PRT10

Desembargadores do TRT da 10ª Região também homenagearam o trabalho da procuradora naquela Corte durante o evento. "Ela é uma profissional experiente mas que guarda aquele espírito jovem. É exemplo para todos nós", declarou João Amilcar Silva e Souza Pavan. Na mesma linha, o desembargador José Ribamar Oliveira Lima Junior sintetizou: "Tenho certeza que a senhora vai deixar um legado. Muitos sentirão falta e vão se espelhar na sua atuação serena e equilibrada". A procuradora-chefe da PRT 10, Ana Cláudia Rodrigues Bandeira Monteiro, e o procurador Enéas Bazzo Torres também homenagearam a procuradora.

ANPT participa de posse da nova diretoria da APMP

A Associação Paraibana do Ministério Público (APMP) tem nova diretoria empossada. A sessão solene de posse dos novos membros da diretoria e conselho fiscal da entidade aconteceu dia 14 de janeiro, no auditório procurador de Justiça Edgardo Ferreira Soares, na sede da Procuradoria Geral de Justiça do Ministério Público da Paraíba (MPPB). O novo presidente da APMP, que representará a categoria durante o biênio 2013-2015, é o promotor de Justiça Francisco Seráphico Ferraz da Nóbrega Filho. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou da solenidade, presidida pelo promotor de Justiça Amadeus Lopes Ferreira, que dirigiu a APMP no biênio 2011-2013.

Evento contou com a presença de diversas autoridades

FOTO: ASCOM APMP

Empossado novo ministro do STJ com presença da ANPT

O procurador de Justiça do Ministério Público do Paraná Sérgio Kukina tomou posse, dia 6 de fevereiro, como ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em cerimônia realizada no plenário da Corte. O presidente da Associação Nacional dos procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, representando a entidade, participou da solenidade.

Sérgio Kukina foi indicado para ocupar a vaga aberta pela aposentadoria do ministro Hamilton Carvalhido. Depois de ter passado pela sabatina na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado e de ter sido aprovado no plenário daquela casa, o procurador foi nomeado pela presidenta da República, Dilma Roussef.

Diretoria da ANPT discute o PJe e define os últimos preparativos do XVIII CNPT

A diretoria da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) esteve reunida dia 25 de fevereiro, após homenagem do Senado para a ANPT, com o objetivo de discutir assuntos referentes à atuação da entidade, principalmente no que diz respeito a temas que envolvem propostas legislativas em tramitação no Congresso Nacional. O grupo acertou, ainda, detalhes sobre o XVIII Congresso Nacional dos Procuradores do Trabalho (CNPT), que acontecerá entre os dias 25 e 28 de abril, em Brasília.

A implantação do sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJE) foi um dos temas em destaque durante a reunião. Para os integrantes da diretoria, a implantação do PJE, da forma que vem ocorrendo, tem ocasionado diversos e grandes transtornos na atuação dos procuradores do Trabalho e, nesse sentido, deverão ser encontradas alternativas que não afetem as prerrogativas dos membros do Ministério Público do Trabalho, em relação ao que a ANPT está atenta e deverá adotar todas as providências necessárias para resguardar as prerrogativas de seus Associados.

Reunião na sede da ANPT